

# Geografia e Contemporaneidade

*Entrevista com o Professor Paul Claval*



83

**P**aul Claval, professor emérito da Universidade de Paris-Sorbonne (Paris IV), representa um dos maiores nomes da geografia mundial e tem se dedicado sucessivamente à história das idéias na geografia, ao estudo das relações entre a geografia e a economia e da geografia com a sociologia. Nas últimas décadas tem trabalhado sobretudo com a geografia cultural, da qual tornou-se um dos maiores expoentes.

O professor Paul Claval é autor de mais de trinta livros, diversos traduzidos para o português, e inúmeros artigos que marcam sua trajetória

a partir dos anos 60, colocando-se como referência para quem estuda as ciências sociais como um todo e a geografia em particular. Dentre seus livros principais podem ser citados: *Principes de Géographie Sociale, Éléments de Géographie Humaine, La Pensée Géographique, La Nouvelle Géographie, Espace et Pouvoir, Les Mythes Fondateurs des Sciences Sociales, La Logique des Villes, Géographie Humaine et Économique Contemporaine, La Géographie Culturelle*, este último lançado em 1999, em edição brasileira.

É com enorme satisfação que apresentamos esta entrevista que muito enobrecerá nossa revista.

## ENTREVISTA CONDUZIDA POR JOÃO RUA TRADUÇÃO DE INÊS AGUIAR DE FREITAS

*GeoUERJ - Como é comum em nossa revista, começamos a entrevista com alguns aspectos de sua trajetória pessoal. Como foi sua infância, adolescência, por que se interessou pela Geografia e como foram seus primeiros passos na carreira?*

**Paul Claval** - Nasci em Paris, quando meus pais ali trabalhavam, mas fui criado numa pequena cidade do Sudoeste da França. Minha mãe era professora e ensinava numa pequena escola rural a 5km da cidade (o limite entre cidade e campo ainda era bem nítido). Todos os meus colegas de escola eram filhos de agricultores, numa área de pequenas explorações dedicadas à policultura e à criação de carneiros nos campos abandonados a partir do desaparecimento dos vinhedos, ocorrido após a chegada do filóxera, sessenta anos antes.

Era a Guerra. Usávamos a bicicleta como meio de transporte, o que é ideal para descobrir os contrastes das paisagens (e estes eram muitos na área onde morávamos). A bicicleta dava às crianças uma grande autonomia: aos 12 anos, eu circulava num raio de 20km em torno da casa.

Meu pai estava prisioneiro na Alemanha. Ao voltar, retomou sua profissão de verificador de pesos e medidas. A partir de 1947, quando ele pôde voltar a utilizar seu automóvel, eu o acompanhava muitas vezes em suas viagens, descobrindo os mercados rurais, as feiras e as formas de comércio de uma França ainda muito tradicional.

O meio no qual vivíamos, sem dúvida, estimulou minha curiosidade pela diversidade do mundo. Mas, meu gosto pela geografia era mais profundo: eu passava meu tempo sonhando sobre os mapas dos atlas e sobre a vida que se podia levar nos países distantes, como a Nova Zelândia. Meu pai gostava muito de geografia, tanto que eu tinha acesso, em casa, a um certo número de obras recentes nesse domínio. Minha experiência de criança me havia feito descobrir a variedade dos meios naturais, a originalidade das

formas de relevo na região de Karst, onde nós morávamos, e os problemas do mundo rural. Após a Guerra, todas as energias estavam voltadas para a Reconstrução e para a economia. Eu estava, assim, igualmente entusiasmado pela geografia econômica.

Toulouse, onde eu fui estudante, era ainda um grande mercado rural, mas a indústria aeronáutica já se desenvolvia. Cursei primeiro um ano de matemática, o que me retirou qualquer complexo quando veio a revolução quantitativa, e dois anos de literatura com um professor que me ensinou como deixar clara, a partir de textos, a evolução das idéias. O departamento de geografia, que eu freqüentei em seguida, era minúsculo, como era o caso geral na França da época fora de Paris: um professor titular, um jovem colega para o auxiliar e alguns professores dos liceus da cidade que ofereciam cursos. Tailleferré, o professor, e Barrère, o assistente, me ensinaram sobretudo o rigor na interpretação dos documentos cartográficos e o papel da cartografia temática na definição das problemáticas.

Fiz minha graduação em geomorfologia: era, então, o ramo da disciplina mais dinâmico na França, aquele que atraía os colegas mais jovens. Eu queria fazer uma tese sobre a região de Picos de Europa, na Espanha.

Eu havia sido nomeado professor de Ensino Médio em Bordeaux, fiz meu serviço militar (foi longo, 30 meses) e me encontrava, desde minha volta, no liceu de Montpellier. Descobri, ao longo desses anos, os novos desenvolvimentos do pensamento econômico. Li a obra que Claude Ponsard havia dedicado, em 1955, à *Economie et espace* (Ponsard, 1955) na qual ele apresentava os resultados da economia espacial de von Thünen no início dos anos 1950. Decidi então abandonar a geomorfologia por um domínio que me parecia melhor para responder às demandas às quais a geografia estava sendo submetida.

*GeoUERJ - Como o senhor atravessou as décadas do pós-guerra, marcadas, na França, pela Geografia Ativa e pela Geografia Aplicada? Quais eram os campos de interesse de Paul Claval nessa época?*

Paul Claval - A geografia tal qual era ensinada na Universidade preparava os futuros professores de ensinos médio e fundamental. Não havia ainda possibilidades de trabalho no planejamento. Na Universidade, entre 1950 e 1955, falávamos sempre, entre colegas, da necessidade de orientar a geografia para suas aplicações e seguíamos, com paixão, as tentativas que estavam sendo feitas por um certo número de colegas. O setor da construção não era ainda muito ativo, mas a população urbana havia crescido muito depois da Guerra, o que criava problemas muito agudos de moradia e transportes para uma boa parte da população. Começava-se a falar de descentralização e de desenvolvimento regional.

Parecia-me que os geógrafos deviam responder à demanda de planejamento que se manifestava tão forte nos domínios do planejamento urbano e regional. Líamos todas as informações disponíveis sobre as experiências conduzidas no exterior: estávamos fascinados pelo grande projeto de desenvolvimento da Tennessee Valley Authority, que Roosevelt havia lançado nos Estados Unidos, mas nossos olhares se dirigiam principalmente para a Inglaterra, onde os geógrafos haviam desempenhado um importante papel durante a Guerra. A experiência das cidades novas se desenvolvia então rapidamente. Estávamos igualmente a par do que se fazia nos Países Baixos, em Israel e na União Soviética. Líamos os colegas que se interessavam sobre esses problemas, Jean Gottmann, por exemplo (Gottmann et al., 1952, p.1966).

Dei-me conta, muito rapidamente, de que a formação que havíamos recebido preparava-nos mal para a geografia aplicada na qual sonhávamos trabalhar: para se lançar na geografia aplicada era preciso ainda que a geografia fosse aplicável! Isto

me pareceu uma urgência essencial: é a razão pela qual os progressos recentes da economia me fascinavam – os economistas eram então pessoas respeitadas e que tinham um peso considerável na elaboração das decisões nacionais. “Graças” à economia espacial e às pesquisas de alguns colegas, como François Perroux (Perroux, 1950), André Piatier (Piatier, 1956) e Jacques Boudeville (Boudeville, 1961), eles eram igualmente capazes de intervir na escala regional. No mundo rural, era ainda mais para o lado dos agrônomos e dos economistas rurais que convinha virar-se.

Decidi então que o mais importante, para os geógrafos, era repensar sua disciplina para torná-la utilizável num mundo onde o planejamento ganhava espaço. Foi por isso que me dediquei mais e mais à economia. Seguiu apaixonadamente tudo o que os colegas faziam para participar das operações de planejamento. A vontade de Michel Phlipponeau de desenvolver a geografia aplicada parecia-me bastante sadia (Phlipponeau, 1960), mesmo se, na minha opinião, ela devia se fazer acompanhar de um esforço de redefinição dos métodos e das ambições da disciplina, o que ele não havia feito.

A maior parte dos colegas de minha geração foi prejudicada pela maldosa querela que Pierre George criou, no início dos anos 1960, contra todos aqueles que, como eu, pensavam ser importante abrir a geografia para o planejamento (George, 1961). Recomendando vivamente a geografia ativa, ele se colocava no terreno político do controle dos conselhos que éramos susceptíveis de dar, enquanto a verdadeira questão era desenvolver uma disciplina suficientemente confiável para que pedissem nossa opinião. Continuo a pensar que esse episódio teve repercussões muito negativas sobre o desenvolvimento da geografia francesa: dividindo os colegas, ele impediu a geografia de exercer, no domínio do planejamento, a influência que ela deveria ter tido. As pessoas que, como eu, consideravam que o problema essencial era tornar a disciplina aplicável, encontraram-se isoladas.

**GeoUERJ - O senhor foi um estudioso da história da Geografia. Como vê o momento atual que, para alguns autores, parece apontar para o fim da Geografia?**

**Paul Claval** - A geografia é uma disciplina que sofre de problemas de identidade crônicos. Eles se traduzem no fato de alguns anunciarem seu desaparecimento como próximo. Ao longo dos últimos vinte e cinco anos, este foi o caso de dois grupos:

1- Nos anos de 1970, muitos geógrafos de inspiração marxista consideravam que as forças que explicam as distribuições estudadas pela geografia escapavam à competência da disciplina: estavam ligadas à natureza dos modos de produção e das forças produtivas. Lembro-me de um debate que eu havia organizado, *L'Espace géographique*, em 1977, sobre o problema do espaço e da justiça social (*Varii Auct.*, 1978). Havíamos pedido a David Harvey, que estava em visita acadêmica (professor visitante) em Paris, que presidesse o debate, que ele abriu através destas palavras: “não penso que os problemas de justiça social sejam os problemas essenciais hoje; não penso que a geografia possa trazer grande coisa à solução dos problemas de hoje.” Não é preciso dizer que com um presidente proferindo estas opiniões, o debate foi um fiasco!

Para parte daqueles que seguiam os passos de Henri Lefebvre e davam então destaque à produção do espaço (Lefebvre, 1974), tudo se passava como se as forças sociais e econômicas se dessem num universo abstrato, pois se traduziam no espaço que elas modelavam sem que as resistências do meio ou as tradições locais dessempenhassem o mínimo papel.

Tais posições duraram apenas algum tempo. Os marxistas não demoraram muito a perceber que era difícil pretender ser materialista negando totalmente à matéria qualquer papel nos processos sociais. David Harvey dedicou *The Limits to Capital* a uma atualização do pensamento marxista na qual o espaço se põe a interpretar um papel mais nítido (Harvey, 1982).

2- Nos anos 1990, a idéia de que a geografia está prestes a desaparecer encontra-se, sobretudo, sob a pluma de uma corrente de geografia cultural crítica e pós-modernista praticada principalmente no mundo anglo-saxão. No ponto de partida desse movimento há o artigo redigido, já há vinte anos, por James Duncan – “The Superorganic in American Geography” (Duncan, 1980) – e o comentário que fez sobre ele M. Robinson no ano seguinte (Robinson, 1981). A crítica repositava sobre o seguinte ponto: a cultura não pode ser considerada como uma realidade que se situaria acima do indivíduo e se imporia a ele. Não se trata de uma realidade que existe nela mesma e que governa o destino dos indivíduos e das sociedades. A cultura é o conjunto daquilo que cada indivíduo recebe dos outros, reinterpreta ou colhe de sua própria experiência para tirar partido do mundo material e social no qual ele se encontra e para lhe dar sentido. A fim de evitar o perigo existente de reificar a cultura e de fazer dela uma realidade que ultrapasse aqueles portadores dela, M. Robinson dava o conselho de a estudar no momento mesmo em que as pessoas a experimentam dentro de seus propósitos.

A geografia cultural assim concebida destaca a desconstrução dos propósitos que têm os indivíduos: é isto que faz sua força e sua carga críticas. Mas, procurando evitar reificar a cultura, ela restringe seu propósito aos discursos e aos comportamentos visíveis, àquele que se diz e àquele que se faz. Ela exclui de seu campo o estudo da distância e de seus efeitos sobre a vida social. A abordagem cultural crítica anglo-saxã é, assim, quase totalmente indiferente ao impacto das novas mídias, da televisão e da internet, por exemplo, sobre a natureza das culturas contemporâneas: recusando encarar, de qualquer maneira que seja, a cultura como uma realidade global, o problema não faz sentido para ela e não pode nem mesmo ser colocado!

Parte das abordagens pós-modernas da geografia crítica anglo-saxônica excluiu de seu campo uma boa parte dos possíveis papéis do espaço. Aque-

les que aceitam estas restrições do campo de estudo se encontram efetivamente muito próximos das disciplinas que não tentam destacar a dimensão espacial dos fenômenos e de explicar as distribuições!

Não creio mesmo que o fim da geografia seja para amanhã. Um dia ou outro, os mestres das abordagens críticas radicais se acharão obrigados a reintroduzir o espaço em suas análises. Isto não quer dizer que a geografia durará eternamente sob as formas que nós conhecemos ou que ela guardará seu nome ou sua identidade, mas um certo número de problemas que ela tenta resolver não tem qualquer razão para desaparecer num futuro próximo: será necessário respondê-los de uma maneira ou de outra.

*GeoUERJ - Nos anos 70, o senhor se debruçou sobre a Geografia Social. Como este campo de interesse se relacionava ao contexto geral da sociedade francesa, pós maio de 68?*

Paul Claval - Realmente publiquei muito sobre a geografia social nos anos de 1970, mas meu interesse havia nascido antes de maio de 68, por volta de 1965. Eu havia trabalhado muitos anos aplicando os ensinamentos da economia espacial em Franche-Comté, a região de Besançon onde eu trabalhava então. Percebi que uma parte importante dos fenômenos me escapava: para compreender o desenvolvimento industrial da região de Montbéliard, onde se encontra o grupo Peugeot, a presença de uma população luterana, agricultores anabatistas e de uma burguesia calvinista (da qual os Peugeot faziam parte) contava, mais do que tudo aquilo que pudesse trazer, o fato de levar em conta as tarifas de transporte e a localização das fontes de matérias-primas, de energia ou dos mercados. Era mais de Max Weber que da economia que se tirava a solução. Para destacar o papel dos fatores sociais, políticos e culturais na localização das atividades econômicas, eu escrevi, durante o verão de 1966, um grande artigo sobre "Géographie et profondeur soci-

ale". Ele foi publicado, em 1967, na revista histórica *Annales, Economies, Sociétés, Civilisations* (Claval, 1967).

Eu começava a buscar se, do ponto de vista da sociologia, da antropologia e das ciências políticas, havia desenvolvimentos análogos àqueles da economia espacial no campo das ciências econômicas. Decepcionei-me: a escola de Durkheim havia imaginado, por volta de 1900, uma disciplina – a morfologia social – que deveria substituir a geografia humana, evitando suas fraquezas. A tese de Durkheim dava-lhe um lugar importante (Durkheim, 1893). Alguns sociólogos próximos de Durkheim publicaram neste tema, Marcel Mauss em particular (Mauss e Beulat, 1904-1905), depois Maurice Halbwachs, mas este só se especializou realmente neste domínio após uma temporada em Chicago, onde ele havia entrado em contato com a escola de ecologia social de Park e Burgess (Halbwachs, 1909; 1938). Esta procurava uma parte de suas justificativas teóricas na botânica de Clements (Sorre, 1956). Tudo isto não satisfazia. A ciência política era também muito pobre.

Os geógrafos não ignoravam os problemas sociais, mas a maior parte se contentava em descrever a distribuição das classes sociais. Num sentido, faziam apenas traduzir em termos de divisão do trabalho social aquilo que os economistas aprendiam sobre a divisão do trabalho. Aqueles que iam mais longe, os marxistas em particular, faziam das classes atores essenciais do futuro dos grupos, mas sem precisar como um aglomerado de indivíduos se transformava em ator coletivo. O destaque que davam às lutas sociais me parecia igualmente suspeito, pois me parecia fazer mais eco ao tema cristão da luta necessária contra o mal para ascender à redenção do que a uma teoria social coerente.

Porque me haviam pedido que eu elaborasse o projeto de um ensino profissionalizante destinado a formar futuros técnicos de nível superior de empresas (o projeto acabou sendo abandonado), fui levado, ao longo dos anos 1966-68, a

me interessar pelos problemas das organizações burocráticas. Reencontrava aí uma curiosidade que eu havia tido ao longo de meu serviço militar, quando eu havia tido a ocasião de seguir o desenvolvimento do papel dos Estados-maiores nos exércitos ocidentais a partir do século XVIII. Para elaborar uma interpretação dos fatos sociais, partir da organização institucional da vida dos grupos me pareceu mais útil que descrever as divisões de classes: era possível ver como, na vida das organizações, os problemas de comunicação e o obstáculo da distância desempenhavam um papel essencial. Eu me interessava pelos problemas de informação desde o começo dos anos de 1960, quando eu havia compreendido seu papel no funcionamento dos mercados.

Algumas obras me permitiram sistematizar esta análise: um pequeno ensaio do antropólogo belga Jacques Manet sobre *Pouvoir et société en Afrique* (Maquet, 1970) e os livros que o sociólogo americano Amitai Etzioni acabara de dedicar às organizações e à ação social. Tomei consciência da diversidade das formas de organização (Etzioni, 1964; 1968). Conseguia conceber a sociedade como um conjunto onde a arquitetura era desenhada pelos diferentes sistemas de elos institucionalizados dos quais participavam os indivíduos – família (relações de descendência ou de aliança), associação, mercado, relações feudais, relações de casta, poder puro, relação burocrática, relação de autoridade-poder dos Estados modernos. Cada um se acha, segundo os momentos do dia, implicado por tal ou qual estrutura institucionalizada. Daí eu tirava duas consequências importantes:

1 - A análise dos gêneros de vida, utilizada pela geografia francesa no início do século, havia se revelado muito eficaz para dar conta das sociedades tradicionais onde todas as pessoas participavam, ao longo do dia, de tarefas similares, mas ela parecia mais e mais inadaptada às sociedades modernas, onde as profissões se diversificavam e onde os indivíduos se encontravam implicados dentro de organizações – empresas em particu-

lar – diferentes. O defeito do gênero de vida era propor descrições muito globais. A idéia que ele havia trazido, e que havia sido bastante fecunda, aquela de uma análise concreta dos fatos e gestos típicos característicos de certas populações ou de certos grupos, podia ser salvaguardada à condição de dividir mais os modos das pessoas empregarem o tempo e de considerar que a vida delas era feita de uma sucessão de papéis, ligados cada um a um estatuto. Eu propunha então substituir a análise dos gêneros de vida por aquela dos papéis e dos *status* a eles ligados, tal como ela era comumente praticada pelos sociólogos e antropólogos (Mead, 1934; Linton, 1936).

2 - Os indivíduos que desempenham papéis similares estão em condições objetivas similares e conhecem os mesmos problemas. Pode-se dizer que pertencem a uma mesma coletividade, a uma mesma classe, definida como uma realidade observável e mensurável. Uma vez que os membros de uma mesma coletividade tomam consciência dos problemas que eles têm em comum, desenvolvem uma consciência comum, formam uma classe, no sentido pleno do termo. Mas, a passagem da coletividade objetiva à classe não é jamais automática. Ela não o é, em seguida, porque só pode tomar consciência disso se aqueles que estão nas mesmas situações tiverem a possibilidade de se comunicar facilmente entre eles: é este traço que permite dar à análise das classes uma dimensão geográfica. As mulheres sempre partilharam problemas similares, porque eram submissas a seus maridos e às famílias dos maridos e porque elas tinham a responsabilidade dos filhos, mas elas não constituíam uma classe, no sentido de grupo consciente dos problemas e de interesses partilhados, antes que a mobilidade crescesse, o telefone e o desenvolvimento das *medias* especializadas permitissem descobrir que elas tinham interesses comuns a defender. Os problemas do trabalho, entre os artesãos, são velhos como o mundo, mas é a industrialização que, concentrando os trabalhadores em zonas

restritas onde eles se comunicam facilmente, faz nascer a classe trabalhadora.

Acertei assim, entre 1970, quando eu havia descoberto a obra de Jacques Maquet, e 1972, um corpo de interpretação dos fenômenos sociais de natureza a levar em conta sua dimensão espacial. Eu o expus nos *Principes de géographie sociale* que foram publicados em 1973 (Claval, 1973). Esta análise da arquitetura social dos grupos humanos tinha igualmente uma dimensão política, que sinalizava nesse livro, mas que eu levei vários anos para colocar em perfeita ordem: ela conduziu à publicação, em 1978, de *Espace et pouvoir* (Claval, 1978).

Meu interesse pela geografia social não havia nascido dos acontecimentos de 1968. Estes atraíram a atenção para os problemas de justiça social, eu estava consciente. Eu acelerava a finalização dos *Principes de Géographie sociale*, pois me parecia que era um tema essencial para a nova geografia.

A obra foi acolhida muito rapidamente pela maioria dos colegas. Eu não havia jamais sido comunista, eu não era marxista, estava mais classificado, politicamente, no campo conservador. A maioria dos colegas ficaram surpresos que a iniciativa de desenvolver uma reflexão sistemática sobre os aspectos sociais da geografia viesse de mim. Aquilo que eu dizia da confusão da classe como realidade objetiva e da classe como realidade subjetiva, então geral entre a maioria dos colegas que se diziam de esquerda, não me trouxe só amigos. Foi preciso esperar onze anos para que uma outra obra cobrisse o tema: trata-se da obra dirigida por Frémont, em 1984, que oferece uma visão muito esmiuçada e que apresenta todas as nuances das realidades sociais (Frémont et al., 1984).

Ao todo, o impacto de maio de 1968 sobre as curiosidades sociais na França não foi tão grande quanto no mundo anglo-saxão: não houve nada de equivalente nas análises da revista *Antipode* à crônica crítica e apaixonada que William Bunge dedicou ao gueto de *Fitzgerald* (Bunge, 1971),

ou ao esforço teórico de interpretação de David Harvey em *Social Justice and the City* (Harvey, 1973). Lamento, mas isso se deve à falta de interesse de uma parte dos colegas pelos problemas teóricos e às relações difíceis que a geografia francesa tinha (e que não parou mais de ter após Durkheim) com a sociologia.

**GeoUERJ - Para o senhor, a Geografia cultural surge fortalecida no contexto da chamada globalização, que impõe um padrão ocidental no restante do mundo. Como o senhor avalia esta relação, homogeneização/direito à diferença, que se apresenta como um grande embate no mundo atual?**

Paul Claval - O interesse pela geografia cultural, que havia enfraquecido nos anos de 1960 e 1970, à medida em que a universalização crescente do mundo material havia feito desaparecer seus objetos de estudo preferidos, reforçou-se consideravelmente desde o começo dos anos 1980. Isto coincide com a época em que começamos a tomar consciência do impacto das novas formas de "mundialização", como se diz frequentemente em francês, ou de globalização. O processo de globalização está em construção já faz bastante tempo: ele começa com as grandes descobertas dos séculos XV e XVI, acelerase uma primeira vez com a Revolução Industrial, a navegação a vapor e as estradas de ferro. A fase atual está ligada à revolução dos transportes rápidos, ao impacto crescente da televisão e dos outros meios audiovisuais e a ligação dos computadores com os sistemas de telecomunicações mais e mais sofisticados.

Pode-se dizer que as primeiras ondas de globalização, aquela da colonização ibérica ou portuguesa, e a do imperialismo do fim do século XIX e do começo do século XX, estão efetivamente ligadas à imposição de um padrão cultural ocidental sobre o resto do mundo. A evolução contemporânea não é exatamente do mesmo tipo: a globalização deixou de estar ligada à vontade de expansão cultural, em nome dos ideais cristãos ou da idéia de civilização moderna, de

certas nações ocidentais. Os valores que estavam no centro da cultura europeia e da cultura americana são objeto de críticas cada vez mais virulentas, no interior mesmo das sociedades onde eles se desenvolveram. O que existe é mais uma vontade política de unificar os mercados que uma ação de difusão sistemática de modelos culturais.

O impacto cultural da mundialização é considerável, mas está ligado sobretudo a dois fatores:

1- a rápida uniformização do ambiente da vida cotidiana e das modalidades de trabalho transforma os sentimentos de identidade que existiam em muitos meios populares: não se trata mais dos valores aos quais eles estavam ligados, das diferenças simples no modo de vestir, os gestos do trabalho, os hábitos alimentares, os tipos de casas específicas de tal ou qual localidade ou região;

2- as novas facilidades trazidas pela distribuição de filmes e de programas de televisão ou pelo impacto das viagens. Estes dois fatores arruinaram as culturas populares de antes, cuja transmissão era local: as crianças aprendem normalmente, tanto vendo televisão quanto em seu ambiente próximo, venham seus modelos de estúdios de Hollywood, de Tokyo, ou da *Rede Globo*. Os pais não encontram mais, para alimentar o sentimento de suas diferenças, símbolos fáceis de utilizar.

O impacto cultural da globalização me parece, então, ligado às transformações das formas de cultura a que as novas facilidades de transporte e de comunicação deram início: a dupla culturas populares/culturas das elites foi substituída pela dupla cultura de massas/culturas técnicas ou científicas. Num passado ainda próximo, cada um sabia o que era porque a geografia havia produzido um mundo diferenciado; as sociedades eram dominadas pelas elites e difundiam-se sistemas de valores que justificavam sua posição dominante e propunham uma ordem e uma interpretação das sociedades que elas contribuíam para estruturar. No mundo atual, as massas populares perderam suas referências locais; a cultura daqueles que acedem à internet é feita para dominar as técnicas mais variadas; ela não ensina nada sobre os valores e os fins últimos

do homem. A globalização tem, desse ponto de vista, um impacto similar sobre os países qualificados antes como desenvolvidos e sobre aqueles que se diziam em vias de desenvolvimento. Estas distinções, que possuíam bastante sentido há quarenta anos, perderam sua pertinência na medida em que a globalização apaga parte das diferenças culturais que estavam ligadas aos níveis do desenvolvimento.

Levar os problemas culturais do mundo contemporâneo à oposição homogeneização / direito à diferença me parece um pouco simplificador. É certo que as pessoas têm o direito a lutar para manter suas tradições, salvaguardar seu patrimônio, conservar suas identidades vigiando para que não desapareçam certos símbolos distintivos: face à uniformização material do mundo, não é uma reação natural? Mas quando se passa da esfera da produção ao domínio dos valores, o problema não é mais tão simples. Pode alguém, sem contradição, se declarar ao mesmo tempo pelo direito à diferença e pelo direito dos homens? Pode-se passar por cima dos valores universais? A globalização não vem acompanhada de uma promoção desses valores universais? Sem as possibilidades de comunicação do mundo atual, seríamos tão sensíveis ao trabalho de crianças nas indústrias de um grande número de países em vias de desenvolvimento, ou à degradação da natureza pelos madeireiros sem escrúpulos em outros países? Estaríamos tão preocupados em reduzir a emissão de gases poluentes? Neste contexto, alguns lutam pelo direito à diferença por não terem vontade de respeitar as normas que os incomodam ou que reduzem os lucros que tiram de suas atividades.

*GeoUERJ - Como o senhor situa o seu livro Espaço e Poder (um dos mais lidos no Brasil há uma década) no conjunto de sua obra? Como o senhor avalia o impacto desse trabalho entre os geógrafos e fora da Geografia?*

**Paul Claval** - Meu livro sobre Espaço e poder vem coroar o projeto que eu havia formulado,



em 1965-1966, de completar a nova geografia de inspiração econômica, da qual eu já conhecia os limites, com uma nova geografia de inspiração social e política. Aqui eu explorava sistematicamente o jogo de poder no quadro dos sistemas de relações institucionalizadas que constituem a arquitetura dos grupos sociais. Eu o retomava, para esclarecer sobre as relações de poder, a distinção proposta por Max Weber entre poder puro, autoridade, influência ou dominação (Weber, 1971/1921). Eu tirava partido disso, a fim de esclarecer os sistemas de controle do território, dos dispositivos panópticos cujos mecanismos Michel Foucault acabara de demonstrar em *Vigiar e Punir* (Foucault, 1975). O livro teve, na França, um certo impacto, porém limitado. Era a época em que a curiosidade pela geografia política renascia na França. Vários autores propunham, pouco antes ou pouco depois, trabalhos que tocavam os temas da geografia política: André-Louis Sanguin havia proposto uma síntese bastante útil daquilo que se fazia então no mundo anglo-saxão (Sanguin, 1977). Yves Lacoste havia apaixonado a opinião geográfica lançando, em 1976, a revista *Hérodote* e publicando *La Géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre (A Geografia serve, antes de tudo, para fazer a guerra)* (Lacoste, 1976). Claude Raffestin publicou, pouco depois de mim, uma obra de reflexão sobre o poder (Raffestin, 1980). Eu sofria algumas desvantagens: minhas idéias eram relativamente abstratas e só se acordavam com uma pequena parte da atualidade; eu errava em não falar de geopolítica: estávamos redescobrimdo este termo que parecia inédito e revolucionário após trinta anos de rejeição a partir de sua associação à causa nazista; eu não tinha a reputação de ser de esquerda; eu havia buscado inspiração na sociologia política e na antropologia e pouco na semiologia ou na lingüística, objetos, na época, de uma nova preferência. Havia, enfim, duas tradições mais antigas da geografia política, das quais eu não havia falado muito; aquela que me cobravam: a geografia eleitoral,

criada por André Siegfried, em 1913, e que havia sido retomada pelos especialistas em ciências políticas; e aquela proposta por Jean Gottmann em seu estudo sobre *La Politique des Etats et leur géographie*, publicada em 1952 e que repousava sobre um esquema interpretativo mais simples do que aquele que eu mobilizava (a oposição entre a circulação, indispensável à vida dos grupos, mas que ameaça sua unidade, e a iconografia, ou seja, os símbolos, em particular as imagens, que são garantia de sua coesão, mesmo quando o distanciamento reduz as interações entre seus membros). Eu me encontro retomando, após vinte anos, muitos temas que eu havia proposto, mas não de maneira sistemática. Fora da geografia, o impacto foi limitado. Eu não acho que muitos sociólogos ou especialistas em ciências políticas leram minha obra sobre *Espaço e poder*.

*GeoUERJ - Como se apresenta, aos seus olhos, a Geografia brasileira hoje em dia? Como se se dá o seu diálogo com os geógrafos brasileiros? E a Geografia francesa, que panorama apresenta?*

Paul Claval - O primeiro geógrafo brasileiro que conheci foi Milton Santos, de quem editei duas obras na França. Conheci um grupo relativamente grande de colegas brasileiros por ocasião do Congresso da UGI em Moscou, em 1976; minhas relações se tornaram regulares a partir de minha primeira visita ao Rio de Janeiro, no Congresso regional da UGI, em 1982. Tive, depois, a oportunidade de fazer outras seis viagens ao Brasil, sendo três de um mês cada uma. Alguns estudantes brasileiros fizeram seus doutorados sob minha orientação. Eu tenho então relações seguidas, ricas e calorosas com a geografia brasileira. Acho que nós temos, muitas vezes, visões parecidas sobre a sociedade e sobre a geografia, o que facilita os contatos e resulta evidentemente nos laços intelectuais já antigos existentes entre o Brasil e a França, como atestam a presença, no Brasil, de Pierre Monbeig, de Francis Ruellan e

de Pierre Deffontaines, no momento de formação da geografia brasileira.

Considero que a geografia brasileira mudou prodigiosamente durante os últimos quinze anos. Hoje, podemos falar de uma grande escola de geografia. As razões deste crescimento rápido são múltiplas. Algumas estão ligadas ao crescimento do ensino superior e à multiplicação dos estudos de pós-graduação: disto resultou o desenvolvimento de cursos mais especializados e de mais alto nível; e a aparição de um mercado suficientemente importante para estimular a publicação de obras de grande vendagem e de revistas – hoje, quase todos os institutos de geografia têm uma – que asseguram a circulação rápida das inovações.

Outros fatores de crescimento devem-se ao ecletismo com o qual os geógrafos brasileiros souberam tirar partido das diversas influências a que foram submetidos: a geração que ocupa, no momento atual, os lugares essenciais, recebeu uma formação de inspiração francesa, conheceu a revolução quantitativa de modelo americano, se entusiasmou pelas abordagens radicais assim que a liberdade foi plenamente reinstaurada, e busca, hoje, a geografia histórica ou a geografia cultural. Paralelamente, e desde o início dos anos 70, o interesse pelos geossistemas se mantém.

Encontramos ainda, na geografia brasileira de hoje, um eco da maior parte das preocupações que se manifestam no mundo anglo-saxão ou na Europa continental depois de meio século. A estas, se somam orientações originais, ligadas aos problemas do desenvolvimento, às ameaças que pesam sobre o meio ambiente e à vontade de compreender a mistura de flexibilidade e de permanência que caracteriza o homem brasileiro e suas relações com o meio ambiente. Não me arrependo de ter visitado muitas vezes o Brasil; li com prazer muitas publicações brasileiras. Tenho vontade de escrever sobre o Brasil e sobre os geógrafos brasileiros.

A geografia francesa? Ela mudou muito de uma geração para cá. Ela se caracterizava, entre o iní-

cio do século XX e os anos 60, pelo domínio de um paradigma aceito por todos, aquele da geografia de Vidal de La Blache. A bela unanimidade explodiu. Os geógrafos franceses se dividiram em escolas e em “igrejinhas” e se meteram em muitas querelas nos últimos trinta anos. É mais difícil desenhar o panorama de uma disciplina em plena efervescência que o de um grupo que adere aos mesmos objetivos e divide os mesmos pontos de vista. A diversificação de correntes, no entanto, deu início a uma fusão das novas orientações que fez com que ninguém pudesse sentir falta da época em que a cena estava mais ordenada e onde todos os geógrafos franceses falavam uma mesma língua.

Nem todos os setores da disciplina tiraram a mesma vantagem destes desenvolvimentos. A geografia física, cuja posição havia sido dominante durante muito tempo, não soube pegar a tempo a virada da ecologia, apesar das tomadas de posição de Gabriel Rougerie e de Georges Bertrand. A especialização triunfou, apesar de alguns protestos: o essencial das forças se repartiu sempre entre geomorfologia, climatologia, hidrografia... A biogeografia continuou sendo a parente pobre.

A geografia regional não conheceu a regressão brutal que a abateu no mundo anglo-saxão. Roger Brunet se propôs, imaginando a coremática, a desenvolver uma ferramenta de generalização dos resultados obtidos nesse domínio. No uso, seu interesse, real no plano pedagógico, parece pouco para a pesquisa. Os trabalhos de geografia urbana são estimulados pela preocupação de participar das ações de planejamento – o que é verdade também para um bom número de trabalhos regionais. A geografia rural está perdendo velocidade – o que se explica, em parte, pelo recuo da agricultura, que não emprega mais do que 3% da população ativa. A geografia econômica continua negligenciada, apesar das brilhantes exceções.

Os setores onde a renovação foi mais marcante se encontram em outros lugares: no domínio

político, onde os estudos realmente explodiram depois de quinze anos, e no domínio da geografia cultural. As pistas seguidas são muito variadas: a análise das paisagens, da maneira de Augustin Berque, dando atenção à experiência vivida do espaço, seguida por Armand Frémont, com o estudo das representações, terreno freqüentado por Antoine Bailly ou Bernard Debarbieux, com a orientação da reflexão em direção aos problemas do discurso como Vincent Berdoulay ou Michel Lussault, destacando-se o território e suas significações profundas, em torno de Joël Bonnemaison ou de Jean-Luc Piveteau, com a curiosidade pelos processos culturais, no meu caso.

As inflexões e as mutações que se observam no desenvolvimento da disciplina situam-se ao mesmo tempo na França e no resto do mundo – o desenvolvimento de uma nova concepção da abordagem cultural se situa, por exemplo, nos dois casos, por volta dos anos 80 -, mas as pistas seguidas não são idênticas: as abordagens radicais da nova geografia cultural anglo-saxã não tiveram muito sucesso na França, ainda que se inspirem em boa parte de sociólogos, linguistas ou filósofos franceses, como Michel Foucault, Jacques Derrida, Roland Barthes ou Henri Lefebvre. O estudo dos problemas específicos das mulheres não teve ainda qualquer eco, o que parece completamente espantoso num país onde a emancipação das mulheres foi, dentro de muitos domínios, precoce.

Eu não consigo, apesar de meus esforços, compreender estas orientações preferenciais e estas recusas.

**GeoUERJ - Qual o conselho que o senhor daria a um jovem estudante de Geografia?**

**Paul Claval** - Que conselho dar a um jovem estudante de geografia? Eu lhe daria três conselhos para ajudá-lo a se tornar um espírito realmente livre:

1 – Aprender realmente línguas estrangeiras; inglês, é claro, sem a qual não se pode mais passar,

mas também outras línguas, para não ficar fechado dentro do hexágono (Prof. Claval se refere aqui à França, fazendo alusão ao formato do território francês) e respirar o ar das grandes distâncias. O nominalismo, o mau conhecimento das iniciativas estrangeiras caracterizaram, muitas vezes, a pesquisa francesa entre os anos de 1950 e 1980. Os geógrafos franceses do início do século falavam alemão e inglês e estavam abertos ao que se passava no Além-Reno ou no Além-Mancha (outra-Atlântico). A geração que se seguiu fechou-se sobre si mesma. Eu pessoalmente reagi com vigor contra esse fechamento. Muitos jovens compreenderam a necessidade de tomar um pouco de ar, de conhecer e de compreender os outros, mas muito resta a fazer nesse domínio.

Eu sigo com interesse as iniciativas européias de intercâmbio de estudantes. Estou contente, pois em muitos países em via de desenvolvimento o ensino superior se firmou ao ponto em que a formação de doutores é, agora, assegurada dentro do próprio país – mas eu temo que este movimento possa conduzir, muitas vezes, os grupos nacionais a cortarem laços com o mundo.

2- Aprender e dominar bem certas técnicas fundamentais: estatística, cartografia, leitura e crítica de textos. São técnicas que dão ao pesquisador sua autonomia e permitem que ele mesmo interprete os dados.

3- Ler e viajar muito: é comparando os outros, sonhando com aquilo que eles escrevem, comparando cartas, diagramas, figuras, desenhos, que as idéias germinam e que nós aprendemos também a sermos críticos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BEUCHAT, Henri. Essai sur les variations saisonnières des sociétés eskimos. Etude de morphologie sociale, *L'Année sociologique*, v. 9, 1904-1905, reproduzido na obra de: MAUSS, Marcel. *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, p. 387-477, 1968.
- BOUDEVILLE, Jacques-R. *Les Espaces économiques*. Paris: PUF, 1995.
- BUNGE, William. *Fitzgerald: the geography of a revolution*. Cambridge: Mass, Schenkman, 1971.

- CLAVAL, Paul. Géographie et profondeur sociale, *Annales, Economies, Sociétés, Civilisations*, v. 22, n. 5, p. 1005-1046, set-out., 1967.
- \_\_\_\_\_. *Principes de géographie sociale*. Paris: M.-Th. Genin et Litec, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Espace et pouvoir*. Paris: PUF, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Histoire de la géographie française de 1870 à nos jours*. Paris: Nathan, 1998.
- DUNCAN, James. The superorganic in American Geography, *Annals of the Association of American Geographers*, v. 70, n. 2, p. 181-198, 1980.
- DURKHEIM, Emile. *De la division du travail social*. Paris: Alcan, 1893.
- ETZIONI, Amitai. *Modern Organizations*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1964.
- \_\_\_\_\_. *The active society, a theory of societal and political processes*. New York: Free Press, 1968.
- FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard, 1975.
- FRÉMONT, Armand et al. *Géographie sociale*. Paris: Masson, 1984.
- GEORGE, Pierre. Existe-t-il une géographie appliquée, *Annales de Géographie*, v. 70, p. 337-359, 1961.
- GOTTMANN, Jean. *La Politique des Etats et leur géographie*. Paris: A. Colin, 1952.
- \_\_\_\_\_. et al. *L'Aménagement de l'espace*. Planification régionale et géographie. Paris: A. Colin, 1952.
- \_\_\_\_\_. *Essais sur l'aménagement de l'espace habité*. Paris/La Haye: Mouton, 1966.
- HALBWACHS, Maurice. *Les expropriations et le prix des terrains à Paris, 1864-1900*. Paris: Société Nouvelle d'Édition, 1909.
- \_\_\_\_\_. *La morphologie sociale*. Paris: A. Colin, 1938.
- HARVEY, David. *Social justice and the city*. Londres: Arnold, 1973.
- \_\_\_\_\_. *The Limits to Capital*. Oxford: Blackwell, 1982.
- LACOSTE, Yves. *La géographie, ça sert, surtout, à faire la guerre*. Paris: Maspéro, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. *La production d'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- LINTON, Ralph. *De l'homme*. Paris: Editions de Minuit, 1968 (éd. or., 1936).
- MAQUET, Jacques. *Pouvoir et société en Afrique*. Paris: Hachette, 1970.
- MEAD, George. *Mind, self and society from the standpoint from a social behaviorist*. Chicago: Chicago University Press, 1934.
- PERROUX, François. Les espaces économiques. *Economie appliquée*, v. 3, 1950. Reproduzido em PERROUX, François. *L'économie du XXe siècle*. Paris: PUF, p. 123-141, 1961.
- PHILIPPONEAU, Michel. *Géographie et action*. Introduction à la géographie appliquée. Paris: A. Colin, 1960.
- PIATIER, André. L'attraction commerciale des villes: une nouvelle méthode de mesure, *Revue économique et juridique du Sud-Ouest*, p. 585-594, 1956.
- PONSARD, Claude. *Economie et espace*. Paris: SEDES, 1955.
- RAFFESTIN, Claude. *Pour une Géographie du pouvoir*. Paris: Litec, 1980.
- RICHARDSON, M. On the 'superorganic in American cultural geography'. Commentary of Duncan's paper. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 71, p. 284-287, 1981.
- SANGUIN, André-Louis. *La Géographie politique*. Paris: PUF, 1977.
- SIEGFRIED, André. *Tableau politique de la France de l'ouest sous la troisième république*. Paris: A. Colin, 1913.
- SORRE, Max. *Rapports de la géographie et de la sociologie*. Paris: Rivière, 1956.
- VARIU AUCTORES, Débat sur espace et justice sociale. *L'Espace Géographique*, v. 7, n. 4, 1978.
- WEBER, Max. *Economie et société*. Paris: Plon, 1971, édition originale, Heidelberg, 1921.